

Assunto: Destruição de armas no Recife	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: leitura dinâmica	Seção/Repórter:
Página: A2	Data: 06/03/2015

DIARIO de PERNAMBUCO

PÁGINA A6

Destruição de armas no Recife

Seriam necessários 18 anos para destruir todas as armas estocadas por determinação da Justiça, levando em conta o número de apreensões.

Assunto: Destruição de armas no Recife	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: local	Seção/Repórter:
Página: A6	Data: 06/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Estado levaria 18 anos para destruir armamento

JAQUELINE MAIA/DP /ARQUIVO



Armas entregues à Polícia Federal são encaminhadas com mais rapidez à destruição

Pesquisa realizada em três cidades, inclusive o Recife, aponta que armas ficam retidas por mais tempo que o ideal após a apreensão pela polícia

Dezoito anos. Esse seria o tempo necessário para que todas as armas estocadas por determinação da Justiça fossem destruídas, levando em conta as apreensões feitas apenas no Recife. Pesquisa do Instituto Sou da Paz em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) revela que 8,2 mil armas ligadas a processos judiciais eram guardadas pela Polícia Civil em 2013. Em 2012, 760 foram apreendidas e 1.190 destruídas. Com saldo positivo de 430 armas desintegradas/ano - levaria quase duas décadas para serem destruídas as 8,2 mil em depósito.

O instituto, no entanto, elogia Pernambuco pelo sistema de rastreamento das armas e o fato de ficarem sob custódia da polícia. O levantamento, feito em outras duas cidades - Campinas (SP) e Campo Grande (MS) -, mostra que as armas entregues na Campanha do Desarmamento são encaminhadas à destruição realizada pelo Exército com maior rapidez.

Em Pernambuco, no ano passado, 7.881 armas foram entregues à PF pela população. Já o caminho feito pelas armas apreendidas pela polícia, diz a pesquisa, esbarra em vários obstáculos, com riscos à segurança. "Os juízes demoram com os processos", aponta o coordenador de projetos do Sou da Paz, Marcello Baird.

Norma do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina que o juiz deve decidir o destino de uma arma logo após o recebimento do laudo pericial,

o que, segundo a pesquisa, não acontece. O último dado do CNJ, de 2011, mostrou haver 755 mil armas guardadas em fóruns no país. “Após as perícias, caso as armas não sirvam mais para o processo, deveriam ser destruídas. Alguns juízes alegam que não mandam destruir porque podem precisar delas no curso do processo. No entanto, das 8,2 mil armas estocadas no Recife em 2013, só 70 foram solicitadas pelas autoridades judiciais ou policiais”, conta Baird.

Em Pernambuco, o Tribu-

nal de Justiça encaminha armas para a Coordenação de Operações de Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil e não para fóruns, o que é visto como positivo pelo instituto. A assessoria do TJPE afirmou que as armas guardadas pela Polícia Civil fazem parte dos processos que estão em andamento. O TJPE ressalta ainda que a Justiça só autoriza a destruição quando os processos são encerrados.

Rastreamento

O estudo do Instituto Sou da

Paz destaca uma experiência inovadora em Pernambuco para o controle do fluxo de armas apreendidas, que foi a implantação de um lacre de numeração única que acompanha as armas da apreensão à destinação final. Para Baird, a prática minimiza o risco de desvios.

O Número de Identificação de Arma de Fogo (Niaf) garante a rastreabilidade. “A ideia de Pernambuco tem tudo para servir de modelo para o resto do país”, considerava Baird.

Assunto: Doadora de Leite x Danilo Gentili	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: editorial	Seção/Repórter: COMPARTILHADASECURTIDAS
Página: a9	Data: 06/03/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

#EmFoco



O processo que a pernambucana Michele Maximino move contra o apresentador Danilo Gentili por ter feito piada na TV foi o tema do Em Foco dessa quinta-feira do Diário de Pernambuco por Silvia Bessa.



759



3.103

COMENTARAM

Leonardo Oliveira Kajú

"Aquele cara é um dos piores e mais idiotas "humoristas" que já vi."

Assunto: Polícia interrompe refino de drogas

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Cidades

Seção/Repórter:

Página: 3

Data: 06/03/2015

jornal do  commercio

Polícia interrompe refino de drogas

OPERAÇÃO Em menos de 15 dias, policiais desativaram no Grande Recife 2 imóveis usados como laboratório para refinar cocaína. Pelo menos 26 pessoas foram presas

A Polícia Civil de Pernambuco conseguiu desativar mais um laboratório clandestino de drogas e desarticular dois grupos criminosos responsáveis por traficar entorpecentes no Recife e na Região Metropolitana. Ao todo, foram cumpridos 26 mandados de prisão preventiva contra suspeitos de envolvimento no esquema criminoso. As prisões foram efetuadas durante a Operação Masmorra, deflagrada ontem pelo Departamento de Repressão ao Narcotráfico (Denarc). Esta é a quarta operação de repressão qualificada realizada no Estado este ano.

Do total de 28 mandados de prisão expedidos pela 3ª Vara Criminal de Olinda, 18 foram cumpridos contra alvos que já estão no sistema prisional de Pernambuco. Outras oito pessoas foram detidas durante a operação, entre elas, dois menores de 18 anos e quatro mulheres. Duas pessoas ainda estão foragidas. As prisões ocorreram nas cidades de Paulista, Olinda e Recife.



MANDADOS Prisões aconteceram em Paulista, Olinda e Recife

De acordo com a polícia, a casa de uma das suspeitas detidas, localizada no Barro, Zona Oeste do Recife, funcionava como uma espécie de laboratório, onde eram preparadas e refinadas drogas como maconha e cocaína, que seriam poste-

riormente distribuídas. No último dia 27, o Denarc também desativou um laboratório clandestino no município de Camaragibe, no Grande Recife.

"Esta operação representa um duro golpe no tráfico de drogas, sobretudo no Recife e

na Região Metropolitana. Continuamos desarticulando uma grande organização criminosa", comentou o delegado Saulustiano Albuquerque, coordenador da Diretoria Integrada de Polícia Especializada (Dioesp).

Cerca de 60 policiais civis, entre delegados, agentes em escrivães, participaram da operação, além de 20 policiais militares. O balanço final da Operação Masmorra será divulgado hoje, às 10h, em coletiva para a imprensa.

SERTÃO

Já no Sertão pernambucano, a Polícia Civil deflagrou, na última quarta-feira, a Operação Poeta II nas cidades de Afogados da Ingazeira, Custódia, Tabira, Serra Talhada e Salgueiro. No total, 24 pessoas foram presas por envolvimento com tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo e receptação. Entre os detidos há uma mulher grávida de três meses. Participaram da ação 135 policiais entre civis e militares.

Assunto: Menção ao TJPE e desembargadores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção/Repórter: Folha Política/Renata Bezerra de Melo
Página: 6	Data: 06/03/2015

FOLHA
DE PERNAMBUCO



■ **APETITE 1** - A despeito do curto período no exercício do mandato de governador, Guilherme Uchoa conseguiu contemplar três poderes com almoços e jantares. Na quarta à noite, recebeu a bancada evangélica e a das mulheres. Ontem, foi anfitrião da Mesa Diretora do TJPE, durante almoço.

■ **APETITE 2** - Depois de ir à mesa com os desembargadores, Uchoa, ainda na noite de ontem, recebeu os deputados estaduais para um coquetel, como fez da última vez que assumiu o governo, durante a gestão João Lyra Neto. Hoje, janta com os conselheiros do TCE.

Assunto: Conselho Tutelar de Poção recebe ajuda Federal	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:



Sem largar o osso

Silvio Costa critica exclusão de magistrados estaduais a aprovação da MP da Bengala. Benesses para todos

Por Silvio Costa
Deputado Federal PSC/PE.

A Câmara Federal fez ontem uma gambiarra jurídica na PEC 457, chamada PEC da Bengala. Ela privilegiou os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas da União, em detrimento dos Desembargadores Estaduais, Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e demais servidores públicos. Na verdade, o que foi aprovado foi uma meia bengala. Não acho justo que Ministros do Supremo tenham direito aos benefícios da PEC da bengala e os desembargadores estaduais não sejam contemplados.

Por que os Ministros do TCU foram beneficiados e os Conselheiros dos Tribunais de Contas foram excluídos?

Em minha opinião, a PEC tratou iguais de forma desigual. Em função disso, comunico que estou dando entrada em um Projeto de Lei Complementar incluindo os desembargadores estaduais e conselheiros dos Tribunais de Contas na PEC da bengala.

Vou procurar o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha e solicitar que este Projeto seja votado com celeridade. Porque, lamentavelmente existem centenas de Projetos de Lei Complementar que estão parados nesta casa há muitos anos. Também vou levar o assunto, já na próxima reunião do Colégio de Líderes, para que de forma urgente, este projeto entre na ordem do dia.

Assunto: Deputado critica aprovação da PEC da Bengala	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:



Deputado critica aprovação da PEC da Bengala



Em mais uma derrota para o Palácio do Planalto, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na noite de ontem, a Proposta de Emenda à Constituição que eleva de 70 para 75 anos a aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de tribunais superiores e dos componentes do Tribunal de Contas da União (TCU).

O deputado pernambucano e vice-líder do governo, Silvio Costa (PSC), expressou o seu descontentamento com a aprovação em nota enviada à imprensa na manhã de hoje. O parlamentar afirmou ser injusta a aprovação, uma vez que ela não atende a todos os servidores públicos. **Confira a íntegra da nota.**

“A Câmara Federal fez ontem uma gambiarra jurídica na PEC 457, chamada PEC da Bengala. Ela privilegiou os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas da União, em detrimento dos Desembargadores Estaduais, Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e demais servidores públicos. Na verdade, o que foi aprovado foi uma meia bengala.

Não acho justo que Ministros do Supremo tenham direito aos benefícios da PEC da bengala e os desembargadores estaduais não sejam contemplados. Por que os Ministros do TCU foram beneficiados e os Conselheiros dos Tribunais de Contas foram excluídos?

Em minha opinião, a PEC tratou iguais de forma desigual. Em função disso, comunico que estou dando entrada em um Projeto de Lei Complementar incluindo os desembargadores estaduais e conselheiros dos Tribunais de Contas na PEC da bengala.

Vou procurar o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha e solicitar que este Projeto seja votado com celeridade. Porque, lamentavelmente existem centenas de Projetos de Lei Complementar que estão parados nesta casa há muitos anos. Também vou levar o assunto, já na próxima reunião do Colégio de Líderes, para que de forma urgente, este projeto entre na ordem do dia”.

SILVIO COSTA

Deputado Federal PSC/PE

Assunto: Silvio Costa quer ampliar a PEC da Bengala para Estados	
Veículo: Blog da Folha	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:



Silvio Costa quer ampliar a PEC da Bengala para Estados



(Foto: Marina Mahmood/FolhaPE)

O deputado federal Silvio Costa (PSC-PE) reagiu à aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) 457, que ficou conhecida como PEC da Bengala. Apesar de concordar com o princípio da matéria. Ele afirma que privilegiar ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas da União, em detrimento dos desembargadores estaduais, conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e demais servidores público, acabou transformando a proposta em “PEC da meia bengala”.

“Não acho justo que Ministros do Supremo tenham direito aos benefícios da PEC da Bengala e os desembargadores estaduais não sejam contemplados. Por que os Ministros do TCU foram beneficiados e os Conselheiros dos Tribunais de Contas foram excluídos?”, indaga o parlamentar.

Diante desse quadro, Costa afirma que entrará com um projeto de lei complementar incluindo os desembargadores estaduais e conselheiros dos Tribunais de Contas na PEC.

“Vou procurar o presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, e solicitar que este projeto seja votado com celeridade. Também vou levar o assunto na próxima reunião do Colégio de Líderes, para que, de forma urgente, este projeto entre na ordem do dia”, concluiu o parlamentar.

Assunto: Julgamento pode ser anulado	
Veículo: NE10	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:



CASO SERRAMBI

JULGAMENTO PODE **SER ANULADO**

TJPE vai decidir sobre pedido de anulação na terça; kombaíros foram inocentados em 2010

Assunto: Matérias mais acessadas	
Veículo: NE10	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:



1 Julgamento do Caso Serrambi pode ser anulado

4 Audiência contra Danilo Gentili termina sem data para resultado

Assunto: Julgamento do Caso Serrambi pode ser anulado	
Veículo: NE10	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:



Justiça

Julgamento do Caso Serrambi pode ser anulado



Adolescentes Tarsila Gusmão e Maria Eduarda Dourado foram mortas em dezembro de 2003
Foto: arquivo

Após quatro anos, o julgamento que inocentou os principais acusados do Caso Serrambi, como ficou conhecido o assassinato das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão no Litoral Sul de Pernambuco, pode ser anulado. Na próxima terça-feira (9), às 14h, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) deverá decidir se acatará ou não o pedido de anulação feito pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira foram inocentados do crime em júri popular realizado no município de Ipojuca, no Grande Recife, em setembro de 2010, sete anos após as mortes das adolescentes, que ocorreu em 2003. Ou seja, se o julgamento for anulado, um dos crimes mais polêmicos e que chocou a sociedade pernambucana ficará sem reposta após 12 anos.



Meninas foram vistas pela última vez em MaracaípeFoto: arquivo

O pedido de anulação do julgamento dos kombeiros foi realizado, poucos dias após a sentença, pelos promotores que acompanharam o caso na época, Ricardo Lapenda e Salomão Abdo Aziz, que não aceitaram o resultado e recorreram da decisão. Só agora o pedido está em fase de decisão na 1ª Câmara Criminal do TJPE.

O **Portal NE10** tentou entrar em contato com Ricardo Lapenda e Salomão Abdo Aziz através da assessoria de imprensa do Ministério Público. Porém, os dois preferiram não falar sobre o assunto porque já estão afastados do caso por terem assumido novas funções. Ricardo Lapenda é atualmente procurador de Justiça do Estado e Salomão Abdo Aziz assumiu a presidência da Associação do Ministério Público de Pernambuco (AMMPE).

Caso o julgamento seja realmente anulado, provavelmente o processo será encaminhado para um dos dois atuais promotores de Ipojuca, Paula Catherine Azis Ismail e Reinaldo Jorge da Silva.

TJPE - Segundo o Tribunal de Justiça de Pernambuco, a apelação do MPPE requerendo a anulação do julgamento está na pauta da sessão da próxima terça, mas sua análise poderá ser adiada, dependendo das demandas do dia. A 1ª Câmara Criminal do Tribunal é formada pelos desembargadores Roberto Lins, Fausto Campos e Odilon de Oliveira Neto.



Corpos foram encontrados em um canavial em CamelaFoto: arquivo

RELEMBRE O CASO - As adolescentes Tarsila Gusmão e Maria Eduarda Dourado desapareceram no dia 3 de maio de 2003, e os corpos foram encontrados dez dias depois pelo pai de Tarsila, José Vieira, em um canavial em Camela, distrito de Ipojuca. Após sete anos de espera, vários personagens, boatos e três inquéritos devolvidos, os kombeiros Marcelo e Valfrido Lira foram absolvidos das acusações de tentativa de estupro e homicídio duplamente qualificado. O julgamento durou cinco dias e ocorreu em setembro de 2010, no Tribunal do Júri de Ipojuca.

Assunto: Audiência contra Danilo Gentili sem data para resultado	
Veículo: NE10	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:



Danos Morais

Audiência contra Danilo Gentili termina sem data para resultado



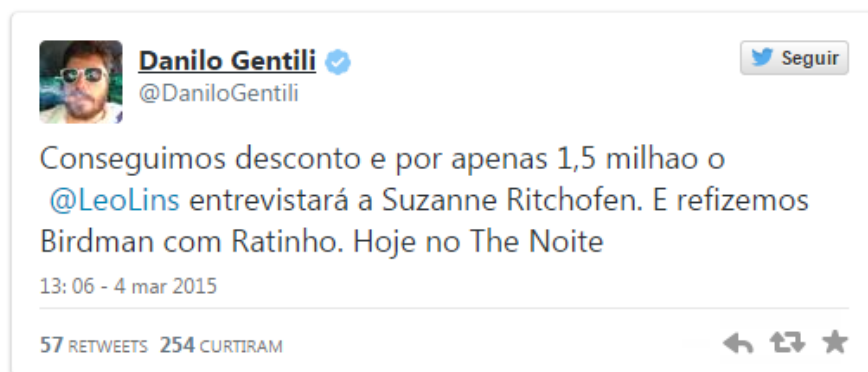
Em seu antigo programa, Danilo Gentili comparou doadora de leite materno ao Kid Bengala
Foto: divulgação

A primeira audiência do caso em que os humoristas Danilo Gentili e Marcelo Mansfield são acusados de agredir verbalmente a técnica de enfermagem Michele Maximino, de 32 anos, conhecida por ser a maior doadora de leite materno do Brasil, terminou com poucas definições. Realizada no Fórum de Olinda, no Grande Recife, nesta quarta-feira (4), a sessão contou apenas com a presença dos advogados de defesa dos humoristas e da TV Bandeiras, também citada no processo de danos morais.

Presidida pela juíza Regina Célia Maranhão, a audiência de instrução foi marcada pelos depoimentos da técnica de enfermagem e de outras duas testemunhas de acusação. A queixa é contra um quadro do programa "Agora é Tarde", exibido em outubro de 2013, em que Danilo chamou a pernambucana de "vaca" e a comparou com o ator pornográfico Kid Bengala por causa do tamanho de seus seios.

O próximo passo do processo é aguardar que os réus sejam ouvidos pela Justiça de São Paulo. Para isso, no dia 12 de fevereiro, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) emitiu uma carta precatória enviada ao estado paulista. Somente após a resposta das cartas as partes fazem suas alegações finais, sendo, assim, marcada a data para a leitura da sentença do caso. O documento, no entanto, ainda não retornou a Pernambuco.

Atualmente Danilo Gentili apresenta o programa The Noite, no SBT. Enquanto o julgamento era realizado em Olinda, o humorista fazia postagem relacionadas ao seu programa no Twitter, assim como comentários sobre filmes indicados ao Oscar 2015.



INTERNET - Em outubro de 2013, O TJPE determinou que a Band retirasse da internet o trecho do programa "Agora É Tarde" em que o humorista Danilo Gentili faz piada sobre Michele, sob a pena do pagamento de multa diária de R\$ 5 mil. Como a empresa de TV recorreu, é necessário aguardar o fim do processo.

ENTENDA O CASO - Com a ajuda do marido, a técnica de enfermagem Michele Maximino rodava, semanalmente, cerca de 80 km da cidade de Quipapá até Caruaru para doar leite à maternidade Jesus de Nazareno. Em 11 meses, foram fornecidos 417 litros de leite. O gesto foi transformado em piada pelo apresentador, que, usando uma foto dela sem autorização comentou: 'em termos de doação de leite, ela está quase o Kid Bengala'. O comentarista Marcelo Mansfield seguiu a mesma linha: 'ela não é uma espanhola, mas uma América Latina inteira'. A repercussão dos comentários, sobretudo nas redes sociais, mudou a rotina do casal, que tem dois filhos. A família da técnica em enfermagem, que está desempregada, teve que se mudar da cidade de Quipapá, Zona da Mata Sul de Pernambuco, onde morava devido às chacotas da população local.

DOAÇÕES - Apesar de ainda amamentar a filha, Michele deixou de fazer doações ao banco de leite. A última foi feita há seis meses. Agora, ela pretende fazer uma nova doação até esta sexta-feira (6), com até 2 litros para o Hospital Agamenon Magalhães, no Recife, cujo banco está com estoque em baixa.

Assunto: Terceira audiência do caso Fernanda Nóbrega acontece nesta sexta	
Veículo: NE10	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:



O advogado da família alega negligência por parte do médico
Foto: Reprodução/ Facebook

Suposto erro médico

Terceira audiência do caso Fernanda Nóbrega acontece nesta sexta

A terceira audiência de instrução e julgamento do médico Gustavo Menelau, que responde por homicídio culposo no caso da morte da empresária Fernanda Nóbrega. A jovem veio a óbito em novembro de 2013, depois de complicações causadas por um suposto erro médico num procedimento realizado por Menelau.

O juiz titular da Sétima Vara Criminal, Francisco Galindo, ouvirá quatro testemunhas de defesa, arroladas pelo advogado do réu e também o médico Gustavo Menelau. A audiência tem início a partir das 14h no Fórum Joana Bezerra, área central do Recife.

O advogado da família de Fernanda, Erik Gondim, acusa Menelau de negligência médica por não ter tomado as devidas providências com relação aos sintomas apresentados pela empresária no pós-operatório. Godim afirma ainda que a negligência terminou com a evolução do caso para uma tromboembolia, causa da morte de Fernanda.

“Como pode uma paciente gastroplastizada voltar ao hospital com complicações do procedimento originário e os sintomas apresentados pela cirurgiada serem completamente ignorados pelo cirurgião?”, questiona Gondim.

Além da conclusão da polícia, que indiciou o acusado, e do Ministério Público, que ofereceu à denúncia à Justiça, o Conselho Regional de Medicina também concluiu pela existência de indícios da prática de atos contrários ao Código de Ética Médica, instaurando o respectivo processo ético profissional.

O julgamento de Gustavo Menelau teve início em 9 de janeiro deste ano.

O CASO - Fernanda Nóbrega morreu em novembro de 2013, aos 26 anos, após se submeter a uma cirurgia bariátrica para redução de estômago. A cirurgia foi realizada no dia 29 de outubro pelo médico Gustavo Menelau, no Hospital Unimed Recife III, na Ilha do Leite, área central do Recife.

A jovem de 1,62m tinha apenas 80 kg, peso abaixo do recomendado para a gastroplastia. A família disse que ela foi induzida a engordar para fazer a cirurgia e emagrecer mais rápido. Fernanda deixou esposo e dois filhos pequenos, na época com 3 e 4 anos de idade na época.

Assunto: Ação da Casa da Justiça e Cidadania visita o Coque	
Veículo: diariodepernambuco.com	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:



TJPE »

Ação da Casa da Justiça e Cidadania visita o Coque

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) em parceria com a Secretaria de Saúde promove a quinta ação de cidadania na comunidade do Coque. A iniciativa oferece serviços gratuitos nas áreas de saúde e emissão de documentos. O serviço é realizado na Casa da Justiça e Cidadania de Pernambuco, na Rua Cabo Eutrópio, 178, na Ilha de Joana Bezerra, das 9h às 13h, até esta sexta-feira (6).

Os moradores do Coque estão recebendo orientações sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e hepatite. Haverá distribuição de preservativos e abordagem na atenção básica para redução e controle do tabagismo. Será ofertado ainda teste rápido para HIV e sífilis, aferição de pressão arterial, medição de glicose e teste para hepatite e tuberculose. A ação também disponibiliza atendimentos com nutricionista, e profissionais de odontologia e oftalmologia.

Confira a programação:

Quinta-feira (5)

Exame oftalmológico

Testes de tuberculose, HIV e sífilis

Exame Preventivo

Medição de glicose

Aferição de pressão

Sexta-feira (6)

Exame oftalmológico

Testes de hepatite, tuberculose, HIV e sífilis

Medição de glicose

Aferição de pressão

Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social

Assunto: Execução de Conselheiros Tutelares em Poção	
Veículo: JOnline	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

➔ Ranking do dia

-
- 1 Suspeita de ser mandante de chacina em Poção é investigada por mais um crime
-

Assunto: Execução de Conselheiros Tutelares em Poção	
Veículo: JConline	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

VIOLÊNCIA

Suspeita de ser mandante de chacina em Poção é investigada por mais um crime

Na casa da mulher foram encontrados documentos que a relacionam com um processo de envenenamento



Entre as vítimas três eram conselheiros tutelares da cidade

Foto: Blog EncartNotícias

A Polícia Civil cumpriu um mandado de busca e apreensão na casa da oficial de justiça Bernadete Siqueira de Britto Rocha, suspeita de ser mandante da chacina ocorrida em Poção, Agreste do Estado, no último mês de fevereiro, e encontrou indícios de participação da suspeita em outro crime. Na casa da mulher, foram encontrados alguns documentos que evidenciam sua participação em um envenenamento contra Jucy Venâncio, sua ex-nora.

A vítima era mãe da criança que sobreviveu à chacina e filha de Ana Rita Venâncio, que também foi assassinada junto de outros três conselheiros tutelares. O crime aconteceu no dia 6 de fevereiro deste ano, e três conselheiros tutelares da cidade também foram mortos.

O mandado de busca e apreensão foi realizado no dia 28 de fevereiro. Na casa de Berbadete, em Arcoverde, os policiais encontraram documentos importantes que a relacionam com o processo de envenenamento contra Jucy. Os documentos foram recolhidos e apresentados ao Ministério Público, na cidade de Pesqueira. Em seguida foi solicitada a prisão preventiva de Bernadete Siqueira. O mandado de prisão foi expedido pelo juiz Thiago Fernandes Cintra.



Além de Bernadete, seu filho, José Cláudio de Brito Siqueira, também foi preso no dia 27 de fevereiro. Ambos têm prisão temporária decretada por serem suspeitos de participação no quádruplo homicídio. Uma outra pessoa, não identificada, também está presa como suspeita de ter executado o crime.

De acordo com a Polícia Civil, as diligências continuam sob sigilo e só haverá pronunciamento, em coletiva, na conclusão do inquérito policial.

Assunto: Execução de Conselheiros Tutelares em Poção	
Veículo: JConline	Data: 06/03/2015
Editoria:	Seção:



Júri do Caso Serrambi pode ser anulado pelo TJPE na próxima terça-feira

Ministério Público pediu anulação do júri que absolveu os irmãos Marcelo e Valfrido Lira



Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão desapareceram no dia 3 de maio de 2003, quando tinham 16 anos

Um dos casos criminais de maior repercussão em Pernambuco pode ter um novo capítulo na próxima terça-feira (10). O Caso Serrambi, como ficou conhecida a investigação e o processo a respeito do assassinato das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, volta ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE): a 1ª Câmara Criminal tem, em sua pauta de julgamentos da terça, um pedido de anulação do júri popular que absolveu os irmãos kombeiros Marcelo e Valfrido Lira. A ação é movida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Maria Eduardo Dourado Lacerda e Tarsila Gusmão Vieira de Melo, ambas de 16 anos, desapareceram no dia 3 de maio de 2003. As duas foram encontradas mortas, no dia 13 do mesmo mês, num canavial das terras do Engenho Jenipapo, em Camela, distrito de Ipojuca. Os corpos foram achados pelo pai de Tarsila, José Vieira de Melo, e um amigo da família. Os irmãos Marcelo e Valfrido Lira foram acusados pelo assassinato das adolescentes. O julgamento aconteceu em setembro de 2010.

A apresentação de provas e contraprovas contidas nos autos do processo, vídeos, escutas telefônicas e discussões calorosas marcaram, em setembro de 2010, os cinco dias de julgamento dos irmãos. Por quatro votos a três, o Conselho de Sentença formado por sete moradores dos distritos de Camela, Nossa Senhora do Ó e Rurópolis decidiu pela absolvição dos kombeiros.